

HABEAS CORPUS Nº 548.347 - SP (2019/0355667-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : RUI BARBOSA GONCALVES JUNIOR
ADVOGADO : RUI BARBOSA GONCALVES JUNIOR - SP0382375
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : HEVERTON BARBOSA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de HEVERTON BARBOSA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Apelação n. 0001028-24.2017.8.26.0352).

Consta dos autos que o paciente foi condenado como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, à pena de 6 anos e 3 meses de reclusão, em regime fechado, bem como ao pagamento de 600 dias-multa (e-STJ fls, 24/35).

Interposta apelação, o Tribunal local deu parcial provimento ao recurso para redimensionar a pena para 5 anos de reclusão e 500 dias-multa, mantendo o regime fechado (e-STJ 15/23).

No presente *writ* (e-STJ fls. 3/14), a impetrante alega que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal, em razão da não aplicação da causa especial de redução da pena e na fixação do regime mais gravoso.

Quanto à redutora, afirma que o paciente preenche os requisitos necessários para fazer jus ao benefício, uma vez que é primário, não ostenta maus antecedentes, não se dedica às atividades criminosas e não integra organização criminosa. Argumenta que o paciente tem emprego fixo como marmorista, tem renda fixa comprovada e não vive da traficância, apenas há *comprovação de que é usuário e viciado em drogas desde tenra idade, demonstrando fragilidade e que "certamente auxiliava no comércio com DIENER - verdadeiro traficante - para ganhar em troca uma porção para seu uso* (e-STJ fl, 7). Ademais, afirma que a quantidade das drogas apreendidas não é expressiva.

Em relação ao regime, afirma que o paciente é primário, as

Superior Tribunal de Justiça

circunstâncias judiciais foram consideradas todas favoráveis, tanto que a pena-base foi fixada no mínimo legal e a pena é inferior a 8 anos de reclusão. Dessa forma, o regime inicial fechado se mostra inadequado.

Assim, requer, na liminar e no mérito, a aplicação da causa especial de diminuição da pena e a fixação de regime inicial mais brando.

É o relatório. **Decido.**

De início, o presente *habeas corpus* não comporta conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção do paciente.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência, sendo necessário aprofundado exame dos autos para a aferição de eventual constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus* pelo colegiado.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Suficientemente instruída a impetração, dispensei informações.

Dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator